Março 2021 | nº 01

Jornal da ASFOC-SN

Sindicato dos Servidores de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública - Asfoc-SN

Foto: Peter Iliicciev

Trabalhadores e trabalhadoras da Fiocruz

continuam lutando para salvar o País das práticas condenáveis de um governo negacionista e anticiência

Reforma Administrativa
segue como prioridade do Governo Bolsonaro - **pág. 4**

Entrevista
Confira bate-papo com o Ex-Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim - **pág. 6**

ASFOC-SN 44 anos 1976-2020

Derrotar o autoritarismo

Nunca, em sua longa trajetória de flagelos sociais e políticos, o Brasil enfrentou uma conjunção tão catastrófica de eventos: a pandemia da Covid-19, a maior em um século, que até agora já vitimou centenas de milhares de brasileiros; uma crise econômica que se agravou pela disseminação do novo coronavírus; e a atuação inepta e desastrosa do governo mais retrógrado que o País já teve.

De costas para a maioria das cidadãs e cidadãos, o governo Jair Bolsonaro serve, indistintamente, aos interesses do mercado financeiro, dos desmatadores, grileiros, justiceiros, armamentistas e de extremistas ideológicos mais tacanhos. Ao tentar negar a gravidade da pandemia e atrasar deliberadamente a vacinação em massa das brasileiras e brasileiros, o presidente Jair Bolsonaro contribuiu para agravar a crise sanitária, fazendo com que o Brasil se tornasse um dos piores exemplos do mundo no enfrentamento da Covid-19. Enquanto isso, trabalhadores e trabalhadoras da Fiocruz continuam lutando dia e noite, de forma incansável, para salvar o País das práticas condenáveis de um governo negacionista e anticiência.

O projeto de Bolsonaro sempre foi o desmonte de todas conquistas sociais obtidas em um longo processo de lutas. Esse projeto oligárquico e que envolve também interesses norte-americanos, com a reforma trabalhista – se aprofundou sob Bolsonaro, com propostas como a carteira profissional "verde e amarela", que institucionaliza o trabalho informal e temporário; e a reforma da Previdência, que penalizou trabalhadores de baixa renda, pensionista, comprometeu a aposentadoria da ampla maioria da população e preservou os militares e só não avançou na proposta de "capitalização" de Paulo Guedes porque o Congresso barrou a iniciativa.

O outro projeto que o governo enviou ao Congresso é a reforma administrativa, que pode facilitar a tomada do Estado por grupos privados contrários aos interesses da população. O governo defende a necessidade de "enxugamento" do Estado – uma demanda dos neoliberais e seus porta-vozes da grande mídia. Esse discurso ignora a essencialidade dos serviços públicos para a população. Um exemplo é o processo de vacinação gratuita e universal oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), não apenas contra a Covid-19, mas contra diversas moléstias, como caxumba, coqueluche, rubéola, tétano, hepatite, entre outras. Além do programa de combate à Aids, referência mundial.

Enquanto o "mercado" aplaude as tais reformas, o Brasil afunda na crise econômica. Ano passado, o Produto Interno Bruto (PIB) caiu 4,5% e o desemprego subiu para 14,6%, o que representa nada menos que 14,1 milhões de pessoas sem trabalho – isso sem contar os que deixaram de procurar emprego, outros 28 milhões. O Brasil, que nos anos 2000 chegou a ser a 6ª economia mundial, despencou para a 12ª posição em 2020. O resultado foi o aprofundamento da crise, instabilidade e o enfraquecimento do mercado interno: em 2020, a fuga de investidores da Bolsa de Valores chegou a quase R$ 90 bilhões, a maior desde 2004.

Enquanto isso, a maioria dos parlamentares faz de conta que vive em outro país. Com apoio inclusive de alguns parlamentares da oposição, Câmara e Senado elegeram como presidentes aliados de Bolsonaro, comprometidos com as reformas neoliberais e, em alguma medida, com a agenda reacionária de costumes do Planalto. Partidos fisiologistas negociaram apoio por cargos. É certo que esse fisiologismo não tem lealdades, a não ser por verbas e cargos, mas por enquanto garante não apenas a "estabilidade" do governo, barrando CPIs incômodas e pedidos de impeachment, bem como acatando as pautas do Palácio do Planalto no Parlamento.

Bolsonaro chegou ao poder na onda populista que se intensificou em 2016 com o Brexit e a eleição de Donald Trump para a Casa Branca. Com a vitória de Joe Biden nos EUA, a política extremista de Bolsonaro perdeu seu principal esteio no mundo. Sob a batuta lunática fundamentalista de Ernesto Araújo, conseguimos a façanha de nos indispor com todos os nossos parceiros comerciais – China, União Europeia, Argentina, e, depois de Trump, os Estados Unidos. O isolamento externo do Brasil pode ajudar as forças democráticas na luta contra o projeto autoritário de Bolsonaro. Mas a derrota desse projeto só poderá ocorrer no plano interno, com os esforços de todos os setores democráticos e progressistas da sociedade.

Finalmente, nesse embate, não devemos nos esquecer da advertência da filósofa e escritora francesa Simone de Beauvoir: "o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos". É preciso, então, quebrar essas correntes.

EXPEDIENTE

O Jornal da ASFOC é uma publicação da ASFOC Sindicato Nacional
Site: asfoc.fiocruz.br/
Coordenação Editorial, produção, diagramação, revisão e arte final: Ex-Libris Comunicação Integrada

Fabricação de vacina da AstraZeneca reforça necessidade de **convocação de profissionais aprovados em concurso da Fiocruz**

Instituição já se prepara para enfrentar as variantes do Coronavírus

A Fiocruz prevê a entrega de 100 milhões de doses da vacina da AstraZeneca/Oxford em julho. E, com o início da fabricação em Bio-Manguinhos, torna-se fundamental o reforço no número de servidores da instituição, com a convocação imediata dos profissionais excedentes no concurso de 2016. É fato que o atual corpo de servidores, apesar de dar seguidas respostas de excelência à sociedade, está abaixo do número ideal necessário, principalmente no atual estágio da pandemia e a necessidade urgente de agilizar a vacinação dos brasileiros. A luta da Asfoc por essa convocação começou há um ano.

"É um reforço, principalmente na área de produção da vacina. Neste momento, seria um benefício bastante importante. Mas também seria muito útil nas pesquisas relacionadas à doença, tentando entender os aspectos clínicos, imunológicos, fisiopatológicos, de prevenção; ajudaria a capacitar melhor o Brasil, do ponto de vista científico", afirma o imunologista Julio Croda, da Fiocruz-Mato Grosso do Sul.

Croda ressaltou que a realização de todo o processo de produção da vacina em Bio-Manguinhos, previsto para iniciar no segundo semestre, é de suma importância para a autonomia do Brasil no que se refere ao combate à Covid 19, "principalmente no momento em que novas variantes surgem. Se for necessário atualizar a vacina, teremos capacidade de fazer essa atualização local, com nova vacina que possa ter a mesma eficácia para as novas variantes que estão surgindo e que ainda venham a surgir. Já fazemos assim com a vacina da gripe", ressaltou.

Sobre as variantes do coronavírus, a virologista Marilda Siqueira, chefe do Laboratório de Vírus Respiratórios e do Sarampo, da Fiocruz, lembrou que a Universidade de Oxford já vem realizando estudos para avaliar a eficácia de sua vacina e que a própria Fiocruz já se prepara para isso. "Esses estudos podem mostrar como se comporta a imunidade de pessoas que receberam a vacina frente a essas variantes, para entender se os anticorpos induzidos pela vacina são capazes de neutralizar total ou parcialmente essas variantes", explica a pesquisadora.

Sobre o assunto, o infectologista Júlio Croda anunciou uma parceria com as Secretarias de Saúde de Manaus e a estadual do Amazonas para avaliar a eficácia das duas vacinas em uso no Brasil: Coronavac e AstraZeneca, frente à variante brasileira detectada naquele estado.

"No Brasil, não há ainda nenhuma análise de base populacional que avalie a eficácia das duas vacinas com a nova variante. E a gente precisa de dados clínicos que comprovem essa eficácia. Isso a gente vai obter através dos dados de Manaus, já que 90% dos novos casos de Covid19 em Manaus são por essa variante. E Manaus, agora, está com uma vacinação extensiva; então a gente vai poder avaliar. Talvez agora em março já tenhamos alguns resultados", revelou.

A virologista Marilda Siqueira, por sua vez, alertou para o risco de um grande aumento de novos casos em razão da maior transmissibilidade da doença decorrente das variantes que já circulam no país.

"O processo lento de vacinação traz o risco de uma incidência ainda maior de casos de Covid, uma vez que essas variantes – a inglesa, que já foi detectada em alguns locais – e a variante de Manaus apresentam um risco maior de transmissibilidade. E nós podemos ter um aumento grande não só por causa das variantes mas também porque não vemos políticas públicas de saúde adequadas sendo tomadas nem a nível federal, nem nos estados, nem na maioria dos municípios. Isso traz um impacto bastante negativo em termos da transmissão da doença e aumento de hospitalizações", conclui a pesquisadora.

A descabida volta da Reforma Administrativa à prateleira de **prioridades do governo de Jair Bolsonaro**

Uma das promessas de campanha de Jair Bolsonaro retornou aos holofotes políticos durante a primeira quinzena do mês de fevereiro. A Reforma Administrativa, estabelecida pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32/2020, ganhou tração após o deputado Arthur Lira ter sido eleito presidente da Câmara dos Deputados. Em poucos dias no cargo, o parlamentar, que se aproximou do governo Bolsonaro no primeiro semestre de 2020, tirou a proposta da gaveta e a encaminhou para análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), ação necessária para que qualquer assunto comece a ser discutido pelos parlamentares do Congresso Nacional.

O texto da PEC, no entanto, havia sido encaminhado ao parlamento brasileiro em meio à pandemia provocada pela Covid-19 - mais precisamente em 3 setembro do ano passado – e segundo o governo federal é a primeira de três etapas da tão desejada reforma. Em uma segunda etapa devem ser propostas seis projetos de lei envolvendo gestão de desempenho; modernização das formas de trabalho; consolidação de cargos, funções e gratificações; arranjos institucionais; diretrizes de carreiras; e ajustes no Estatuto do Servidor. Já na terceira e última, a intenção do governo é propor um projeto de lei complementar com o novo marco regulatório das carreiras, governança remuneratória e direitos e deveres do novo servidor público.

O principal argumento era de que a reforma acarretaria em uma economia significativa ao país foi alimentado na época, mas Bolsonaro e muito menos Paulo Guedes, chefe da equipe econômica do governo, apresentaram o quanto os cofres públicos teriam de economia com uma possível aprovação da PEC. Entre as mudanças estabelecidas pela proposta figuram, ainda, o fim da estabilidade para quase que a totalidade das categorias do serviço público no país; a impossibilidade de aumento de salário exclusivamente por tempo de serviço; e o aumento de poder ao gestor, no caso dos servidores federais, o próprio presidente, que poderá, por meio de decreto, abolir cargos sem levar em consideração nenhum critério técnico.

"O texto dessa reforma desconfigura a Constituição Federal"

A apresentação da primeira etapa foi o suficiente para provocar - como se esperava - um forte atrito com servidoras e servidores públicos, figuras taxadas pela equipe de Guedes, como um "grande peso" aos cofres da União. Desencadeou-se, então, uma jornada de lutas e mobilizações, que certamente serão intensificadas com o retorno do tema à prateleira de prioridades do cenário político-econômico brasileiro e a previsão de que a matéria seja votada em plenário ainda durante o primeiro trimestre deste ano. A intenção é que a proposta não avance, não reduza ou suprima os direitos já consolidados pelas servidoras e servidores públicos, e, sobretudo, não prejudique aqueles que tanto dependem dos serviços públicos: os cidadãos brasileiros.

"O texto dessa reforma desconfigura a Constituição Federal. É uma proposta bem radical, com dezenas de mudanças e isso demanda um debate profundo, com ampla participação da sociedade brasileira, o que não tem condições de ocorrer em meio à situação de pandemia que vivemos. É um ataque à democracia querer implementar uma reforma tão profunda na administração pública neste momento", critica Márcia Teixeira, professora da Escola Nacional de

Saúde Pública (ENSP), instituição vinculada à Fiocruz.

Márcia é socióloga de formação e construiu sua trajetória profissional estudando e acompanhando políticas públicas relacionadas ao trabalho, na área da saúde. Para ela, o serviço público precisa ser fortalecido e incentivado em todo o país, e não ir na contramão dessa filosofia, enfrentando uma política de austeridade como prevê o texto da Reforma Administrativa e os vários argumentos usados pelo governo federal alegando que para conseguir mais eficiência é necessário enxugar a máquina pública.

Números do Atlas do Estado Brasileiro, estudo promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) acerca do funcionalismo público no país com base em dados oficiais contestam o argumento do governo e o objetivo do texto da PEC. Segundo o IPEA, entre 1986 e 2017, o total de vínculos no funcionalismo público aumentou de 5,1 milhões para 11,4 milhões, uma expansão de 123% e crescimento médio anual de 2,5%. A porcentagem desse número registrada em relação à População Economicamente Ativa (PEA) no país foi de 10,9%, número bem abaixo de países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde a média chega a 22%. O estudo também reforça que os países da OCDE que apresentam os melhores resultados nas áreas da educação e saúde têm esses serviços prioritariamente como públicos e a presença de servidores públicos, no total de trabalhadores, é significativamente maior que a constatada no Brasil

No estudo, o Ipea detalha que o crescimento no número de servidores se concentrou nos municípios do país. O total de vínculos municipais aumentou 276%, passando de 1,7 milhão para 6,5 milhões, o que segundo o instituto concluiu está diretamente relacionado ao aumento da oferta de serviços públicos nas cidades. Nas esferas estaduais, o número de vínculos cresceu de 2,4 milhões para 3,7 milhões, enquanto que no nível federal foi de 923 mil, para 1,18 milhão, o que representa cerca de 10% de todos os servidores públicos nos três poderes. Considerando apenas os servidores civis do Executivo Federal, que são o foco da Reforma Administrativa, em 1986 havia 604 mil servidores, e em 2017, 827 mil. Ou seja, em 2017, os servidores públicos do Executivo federal representavam 7,2% do total de funcionários públicos brasileiros.

O estudo também revelou que o nível de gastos com funcionalismo público em relação ao PIB se manteve praticamente estável por 11 anos. Em 2006, o custo representava 9,77% do PIB, enquanto que em 2017, passou a representar 10,74%, aumento de pouco mais de um ponto percentual.

Os parlamentares também afirmaram que o site criado pelo Ministério da Economia para, supostamente, dar acesso a estudos e pareceres que subsidiaram a PEC 32 traz informações incompletas e insuficientes para o debate sobre a administração pública. "A Reforma Administrativa, enquanto uma proposta de emenda constitucional, carece de muitas respostas. Portanto, é preciso que haja um tempo adequado para que os debates necessários sejam realizados e nada passe em branco", pondera Márcia.

A socióloga também adverte que o funcionalismo público fique atento às demais intenções e ações do governo federal, enquanto o texto da PEC domine as discussões no país. "Desde o ano passado estão sendo editadas medidas como a Instrução Normativa 65 – que estabelece a modalidade de teletrabalho no serviço público - e a Portaria 282 - que dispõe sobre a movimentação de servidores e empregados públicos federais -, que estão articuladas com a Reforma Administrativa. As entidades que representam as categorias que compõem a administração pública devem observar essas ações e se há algum ponto de interseção com as medidas propostas na PEC 32", alerta Márcia.

A ausência de embasamentos no texto da PEC, como os dados apresentados pelo Ipea, foi o motivo utilizado pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, impetrar, no dia 12 de fevereiro, um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF). O grupo alegou que o texto da proposta precisa ser amparado por estudos, e sustentou que, sem os dados, não há como os parlamentares discutirem o texto.

A CHANCE PERDIDA

Como membro do Brics, que reúne os maiores países produtores de vacina do mundo, Brasil poderia ter largado na frente da vacinação, não fossem as trapalhadas do Governo Bolsonaro. Confira o que disse o embaixador Celso Amorim.

O embaixador Celso Amorim, ex-Ministro das Relações Exteriores nos Governos Itamar e Lula, em entrevista exclusiva, comenta a desastrosa condução da política externa do Governo Bolsonaro, o atraso na chegada de vacinas ao país e o isolamento do Brasil no mundo. Confira:

Como o senhor analisa a condução da política externa brasileira e os episódios envolvendo Brasil e China em torno das vacinas?

O objetivo da política externa de um país é criar um ambiente favorável para defender os seus interesses. A diplomacia existe para resolver problemas. Nossa política externa tem feito exatamente o contrário. Vimos isso na questão da vacina. A diplomacia criou problemas, por meio de agressões verbais, ameaças, atitudes totalmente descabidas, e desprezo à opinião dos outros países. Essa é a questão fundamental.

Recentemente, o artigo intitulado De que tipo de multilateralismo o mundo precisa?, do embaixador chinês no Brasil, foi publicado em O Globo. No texto, Yang Wanming coloca: "A pandemia atual é um sério desafio e uma crise sanitária para todos os países do mundo. Para superar a crise, é preciso seguir o princípio do multilateralismo, isto é, lidar com os assuntos internacionais por meio de consultas e decidir juntos o futuro do mundo". Foi uma indireta ao Brasil? Como o senhor interpreta?

Na verdade, o artigo reproduz o texto de Xi Jinping no Fórum Mundial em Davos (Suíça). Eu não acredito que Xi Jinping estava querendo mandar indiretas para o Presidente Bolsonaro. São colocações de bom senso, como a defesa do multilateralismo, do pluralismo ideológico, do pragmatismo nas relações internacionais – que, aliás, foram praticados por vários governos brasileiros, inclusive o governo militar de Ernesto Geisel. Na época havia ainda aquela obsessão com Cuba, mas também uma política pragmática, que não se baseava no alinhamento ideológico. E hoje nós vemos o contrário. Então, como o Brasil segue essa linha ideológica – digamos alucinadamente ideológica –, qualquer coisa que se diga parece que é indireta. Obviamente que o fato de o artigo ser publicado aqui no Brasil, neste momento, também tem o sentido de mostrar que a China, apesar de tudo, continuará a ser pragmática e a olhar para o futuro. Mas é um aviso! É preciso também que ela seja respeitada.

O senhor acredita em novos impasses entre Brasil e China que possam nos prejudicar ainda mais em relação às vacinas?

Não creio que a China faça ameaças nem retaliações; aliás acho que nunca chegou a haver isso. O que aconteceu é

que não houve prioridade para o nosso país. O Brasil tem uma parceria estratégica com a China – aliás, fomos o primeiro país a estabelecer uma parceria estratégica com eles, no Governo Itamar Franco. No final de 2003, já tínhamos uma cooperação importante e depois o comércio cresceu muito. O Governo Lula e o Brics solidificaram essa parceria. Então, tudo indicava que o Brasil seria uma prioridade no caso das vacinas, mas, infelizmente, o Brasil deixou de ser. Acho que a China vai continuar a nos olhar de forma pragmática; afinal o Brasil é um país grande e eles têm interesses aqui. Agora, tudo tem limites. É isso que eles nos disseram.

Com a derrota de Trump, considera que o Brasil está completamente isolado politicamente no mundo? Como analisa o cenário atual?

Vou começar pelo Brics. Dos maiores produtores mundiais de vacina – mesmo sem contar com o Brasil, que tem uma grande capacidade de produção, embora talvez não na pesquisa de base –, três são membros do Brics: Índia, China e Rússia. São esses três os principais produtores de insumos com os quais as vacinas são feitas. Sendo eles do Brics, nós tínhamos tudo para ter uma relação privilegiada. Vocês, da Fiocruz, sabem que há, inclusive, grupos de trabalho, comissões ligadas à Saúde. Eu já tratei disso quando era ministro e, depois, como presidente da Unitaid. Então, nós tínhamos todas as razões para sermos privilegiados na questão das vacinas. Mas a China, nós agredimos. Com a Rússia, inicialmente não nos interessamos; colocamos a vacina deles em dúvida. E até em relação à Índia, que teoricamente tem um governo com o qual Bolsonaro tem afinidade – eu não diria que tem uma afinidade ideológica, porque embora lá haja um nacionalismo forte, é de outra natureza –, tivemos problemas. Aliás, aqui não há nacionalismo, o que houve foi uma submissão total ao presidente Trump e à extrema direita norte-americana. O fato é que o Brasil perdeu a chance de ter uma cooperação com esses países. O Brasil hostilizou a Índia em uma proposta feita na OMC que ajudaria os países em desenvolvimento – e, claro, também a Índia como produtora – que previa a suspensão das patentes para todos os medicamentos e vacinas ligados à pandemia enquanto esta durasse. Iria um pouco além do que nós já obtivemos no início dos anos 2000, que são as famosas flexibilidades no Acordo TRIPs, na declaração de Doha sobre TRIPs e Saúde Pública (*declaração* da OMC sobre o Acordo *TRIPS e saúde pública, Doha,* 2001). O Brasil sempre foi um líder nessa área e deixou de apoiar a proposta da Índia. No início, foi inclusive contra; agora está ficando calado, aparentemente para não se indispor mais. Mas deixou de ter uma posição militante, positiva.

E em relação aos Estados Unidos e União Europeia?

Não sei que caminho o Governo Bolsonaro vai adotar, porque obviamente a base de apoio dele no Brasil – e talvez até fora – ainda é de extrema direita e alguns interesses muito ligados ao neoliberalismo extremado. Eu diria que não são mais nem os do grande capital, nem dos empresários. E esse setor de extrema direita agora está ficando mais isolado. No plano externo, o Governo brasileiro já estava isolado antes da derrota de Trump e vem se isolando ainda mais porque obviamente o Governo Joe Biden vai em direção oposta do antecessor, como já tem dado a entender. Agora mesmo, em recente discurso, Biden citou de oito a dez países que são os aliados principais dos Estados Unidos. Na região, citou o México, mas não o Brasil. Tem ainda questões como a performance democrática, os direitos humanos. Então, eu vejo uma estrada esburacada nesse caminho entre Brasil e Estados Unidos.

Em relação à União Europeia, nós estamos, senão isolados, pelo menos afastados, em função de desavenças com o presidente da França, Emmanuel Macron, e a chanceler da Alemanha, Angela Merkel. O Brasil conseguiu um milagre – milagre às avessas, diga-se: se isolar de todos os principais parceiros econômicos, financeiros, estratégicos e políticos. E o País também se isolou aqui em nossa região, onde os dois principais parceiros, Argentina e México, obviamente não vão ter relações normais com o Brasil. A Argentina, no Mercosul, menos ainda. Então, nós estamos nos afastando sistematicamente de nossos aliados. Ainda há pouco vi uma sugestão do lado do governo brasileiro de flexibilizar as regras do Mercosul para que cada país possa negociar isoladamente. Isso vai contra a concepção da união aduaneira, vai contra a própria visão argentina do Mercosul. Então, é difícil você imaginar um isolamento maior. Talvez a gente venha a ter como aliado o Juan Guaidó, na Venezuela. Só isso.

Nenhum país do mundo, diferentemente do que disse o nosso atual chanceler, quer ser pária. Todos querem uma boa relação com os demais. Mesmo os países que às vezes se comportam da forma que outros qualificam como "pária" procuram dizer que não são isso. Nós somos um caso único de país cujo chanceler diz que é legal ser pária. Em tempos normais isso, já seria um problema. Em tempos de pandemia, isso é gravíssimo. Gravíssimo!

A Fiocruz e o trabalho de excelência em meio ao caos em Manaus

Leitos de hospitais superlotados, profissionais de saúde extenuados, pacientes agonizando em ambulâncias enquanto aguardam por um leito de terapia intensiva e milhares de cidadãos revoltados ao verem seus familiares e amigos perderem a vida asfixiados, por falta do elemento mais essencial para a sobrevivência humana, o oxigênio. É assim que pode ser rapidamente retratado o mês de janeiro de 2021, um dos mais tristes da história da cidade de Manaus, no Amazonas, e também do Brasil.

O colapso no sistema de saúde da região, no entanto, poderia ter sido evitado ou ao menos mitigado, caso as autoridades governamentais não tivessem ignorado a gravidade da pandemia. Manaus foi a primeira cidade do país a sofrer com as consequências provocada pelo novo coronavírus. Entre abril e maio do ano passado, houve uma explosão de casos, superlotação de hospitais e as cenas de valas coletivas sendo abertas nos cemitérios da cidade para enterrar as vítimas da doença correram o mundo.

Os números de novos casos, porém, começaram a cair no mês de julho, mas voltaram a subir em setembro e eclodiram em dezembro, forçando o governador Wilson Lima a editar, antes do Natal, um decreto proibindo a realização de eventos comemorativos e determinando o fechamento do comércio não essencial a partir do dia 26 de dezembro. O presidente Jair Bolsonaro e aliados políticos condenaram a decisão e, no dia em que as restrições entrariam em vigor, uma série de protestos fez com que o governador, que aliado político do presidente, repensasse sua decisão, autorizando que o comércio continuasse funcionando normalmente. Como resultado, a capital manauara registrou, apenas nos primeiros 21 dias de janeiro deste ano, 1.333 sepultamentos de vítimas da Covid-19, contra 1.285 realizados ao longo de todo o ano passado.

Em meio a esse turbilhão de acontecimentos, pesquisadoras e pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no estado, iden-

tificaram que uma cepa variante do Sars-CoV-2, mais transmissível, estava circulando pela região. A constatação veio após pesquisa coordenada pelo pesquisador Felipe Naveca, do Instituto Leônidas & Maria Deane (ILMD / Fiocruz Amazônia), e foi motivada por uma notificação de cientistas japoneses, que encontraram, em Tóquio, quatro viajantes vindos do Amazonas infectados com uma nova variante do Sars-CoV-2. "Nós encontramos essa nova cepa já como casos de reinfecção dois dias após recebermos o aviso do Japão. Ela imediatamente passou a ser dominante nas amostras sequenciadas e somada a outras variáveis, como a queda no distanciamento social, as aglomerações causadas pelas festas de fim de ano levaram a cidade a chegar na situação caótica assistida por todo o planeta", conta Naveca. A cepa não estava presente em nenhum amostra até novembro de 2020. No entanto, foi identificada em 51% das amostras de dezembro e em 91% em janeiro deste ano.

A identificação da nova variante fez o trabalho da Fiocruz na Amazônia se tornar ainda mais intenso. Após sequenciarem a variante, pesquisadoras e pesquisadores da fundação estão desenvolvendo um ensaio de PCR em tempo real para aprimorar o diagnóstico da doença, independente do sequenciamento. A intenção é capilarizar essa iniciativa, transferindo-a para a rede pública de saúde e alcançar os 62 municípios do estado, bem como terras indígenas e comunidades ribeirinhas.

A Fiocruz também têm disponibilizado milhares de testes rápidos para as aldeias e populações de alta vulnerabilidade, além de levar, em parceria com o Greenpeace, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para que agentes de saúde possam trabalhar nessas regiões. "O nosso trabalho mostra como é fundamental ter trabalhos locais. A Fiocruz poderia muito bem apoiar o Amazonas de sua sede, no Rio de Janeiro, mas ter uma unidade no centro do problema, ajudou a gente a ter resultados imediatos e apoiar as ações que foram tomadas até o momento", avalia Naveca.

O epidemiologista da Fiocruz na Amazônia, Jesem Orellana, também enaltece o trabalho que vem sendo desenvolvido na região. Segundo ele, os esforços mantidos por pesquisadoras e pesquisadores, principalmente daqueles que estão empenhados na realização de testes e fazem constantes sequenciamentos do genoma do vírus têm sido fundamentais para manter autoridades municipais, estaduais e federais informadas.

Jesem, no entanto, lamenta que as recomendações dos especialistas não sejam ecoadas, ou mesmo acatadas em suas totalidades pelo poder público. "A gente não tem visto o governo esboçar de fato uma ação efetiva. Até o momento, o que temos visto é a repetição dos erros anteriores. Aumentam os números de leitos e o principal, que é controlar a transmissão comunitária do coronavírus, ainda está longe de ser uma realidade", assegura o epidemiologista. Segundo ele, somente com a vacinação em massa da população manauara e das cidades do Entorno é que será possível puxar a curva de transmissão da Covid-19 para baixo.

Mais ações governamentais

O pouco-caso do governo estadual e federal frente ao avanço da pandemia não é nenhuma novidade para Jesem. Ele lembra que durante o ano passado, recorrentemente, o presidente Jair Bolsonaro fez vista grossa a situação da doença, criticando as medidas de isolamento social determinadas por governadores e prefeitos para frear o avanço da Covid-19, a qual chamou de "gripezinha", em pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão. Bolsonaro também depositou esperanças de cura no uso da cloroquina, medicamento sem eficácia comprovada no tratamento contra a doença e criticou por diversas vezes a imprensa, dizendo que esta instalou pânico e histeria na sociedade brasileira. "Em meados do ano passado o governo começou a esconder o número total de mortos da pandemia, divulgando apenas o número de pacientes recuperados. Foi claramente uma tentativa de distorcer a realidade e agora, em fevereiro de 2021, essa estratégia se repete", alerta Jesem.

Na avaliação do epidemiologista, os esforços do governo federal deveriam – como boa parte da população brasileira espera - estar voltados para o combate à Covid-19, na ampliação do Plano Nacional de Imunização (PNI) e não ao sucateamento da administração pública, como prevê o texto da Reforma Administrativa, que começou a ser analisado pelo Congresso Nacional neste mês de fevereiro. "Precisamos melhorar a resposta do nosso sistema de saúde, ampliar a oferta da imunização, descentralizar a vigilância de atenção laboratorial e assim permitir uma testagem em massa da população. Para se ter uma ideia, no Amazonas, quase um ano depois do primeiro caso de Covid confirmado, não há outra cidade além de Manaus que ofereça testagem RT-PCR. Enxugar o Estado nesse momento é a pior escolha possível. É uma discussão extemporânea, descabida, que não deveria ser levada adiante no atual momento" critica o epidemiologista.